CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Acórdão: 18.886/10/2ª Rito: Sumário
PTA/AI: 01.000020647-30
Impugnação: 40.010125797-26
Impugnante: José de Souza Carneiro
CPF: 090.034.796-15
Proc. S. Passivo: Maxwell Ladir Vieira/Outro(s)
Origem: DF/Uberlândia

EMENTA

IPVA - FALTA DE RECOLHIMENTO – DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO – PESSOA FÍSICA. Comprovada nos autos a falta de recolhimento do IPVA devido ao Estado de Minas Gerais, uma vez que o proprietário do veículo tem residência habitual neste Estado. O registro e o licenciamento do veículo no Estado de Goiás, não estão autorizados pelo art. 1º da Lei n.º 14.937/03 c/c o art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro. Corretas as exigências de IPVA, Multa de Revalidação capitulada no art. 12, § 1º da Lei n.º 14.937/03 e juros de mora. Lançamento procedente. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Da Autuação

Versa o presente lançamento acerca da imputação fiscal de falta de recolhimento do IPVA relativo à propriedade do veículo placa NGB 0270, referente aos exercícios de 2005 a 2009, em virtude do registro e licenciamento do veículo ter sido feito indevidamente em outra Unidade da Federação.

Exigências do IPVA e da Multa de Revalidação, capitulada no art. 12, § 1º da Lei n.º 14.937/03.

Da Impugnação

Inconformado, o Autuado apresenta, tempestivamente e por procuradores regularmente constituídos, Impugnação às fls. 18/24, resumidamente, aos seguintes argumentos:

- a Impugnada não é parte legítima para figurar no polo ativo;
- a Constituição Federal em seu art. 155, estabelece a competência privativa e exclusiva dos Estados da Federação na cobrança de alguns impostos, dentre estes o IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores);
- no caso, resta claro que Minas Gerais invadiu seara alheia ao efetuar a cobrança do IPVA de veículo que não está sob sua competência;
- há previsão constitucional expressa determinando que a cobrança do IPVA compete a cada Estado relativamente aos veículos registrados sob sua jurisdição;

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- a Lei Estadual nº 14.937/03 define que o Estado competente para a cobrança do IPVA será aquele onde o mesmo for registrado e licenciado, no caso, Goiás;

- segundo consta no Extrato de Débitos do Veículo obtido no site do DETRAN/GO, o IPVA dos exercícios cobrados na notificação foram devidamente quitados, não restando nada a ser quitado no referido exercício exigido;

- depara-se aqui com a figura da bitributação jurídica, ou seja, está ocorrendo uma dupla cobrança de imposto com o mesmo fato gerador, isto é, dois Estados da Federação cobrando o mesmo tributo do contribuinte, porquanto o fato gerador do tributo é o mesmo, qual seja, a propriedade do veículo;

- cita doutrina do Professor Hugo de Brito Machado acerca do tema;

- o contribuinte possui a propriedade do veículo, razão pela qual há somente um fato gerador e conseqüentemente um imposto sobre veículos (IPVA) a ser pago;

- esta figura jurídica, é considerada abusiva e ilegal pela legislação pátria, pois fere os princípios da capacidade contributiva e do não confisco;

- a legislação tributária pátria repele de forma incontestante a bitributação jurídica porquanto a mesma onera excessivamente o contribuinte;

- o fato de Minas Gerais requerer para si a competência sobre o referido imposto, configura-se confiscatória, visto que o mesmo não é de sua competência;

- cita o ilustre tributarista Ruy Barbosa Nogueira;

- a Constituição Federal e o Código Tributário Nacional, protegem a propriedade, não permitindo ao Estado o livre estabelecimento na instituição de impostos, ou seja, não se trata de princípio dirigido apenas a um ente da Federação, mas a todos, a saber: União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

- assim, o Estado de Minas Gerais ao cobrar o IPVA já liquidado, confisca a sua propriedade e a sua capacidade contributiva a ponto de levar vantagem econômica ao cobrar um imposto já liquidado e que não está em sua competência.

Ao final, pede a concessão de prazo para juntada de procuração e que seja julgada procedente sua impugnação, determinando-se o arquivamento da notificação de lançamento e anulando-se os débitos fiscais dela decorrentes.

Da Instrução Processual

Às fls. 30/42 é solucionada a questão da representação processual.

Às fls. 45/47 o Fisco anexa Certidão do Tribunal Superior Eleitoral e Pesquisa de Veículo na BIN.

Conforme documentos de fls. 48/53, é concedida vista ao Impugnante da documentação anexa pelo Fisco, mas este não se manifesta.

Da Manifestação Fiscal

O Fisco se manifesta às fls. 54/58, contrariamente ao alegado pela defesa, resumidamente, aos argumentos seguintes:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- nos últimos anos aumentou consideravelmente a circulação, na região do triângulo mineiro, de veículos emplacados em outras Unidades da Federação;
- para tornar possível o emplacamento, os proprietários dessa frota incorreram na prática ilícita de declarar domicílio falso, pois são residentes ou domiciliados em Minas Gerais;
- o objetivo dessa prática é reduzir ou eliminar o valor do pagamento do IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores;
- uma considerável diferença a menor na carga tributária do IPVA cobrado por outros Estados comparativamente a Minas Gerais, aliada às facilidades oferecidas por despachantes, garagistas ou concessionárias, tem provocado elevação no número de registros de carros novos nesses Estados, e também de transferências (principalmente para Goiás) de carros usados, originalmente emplacados em Minas Gerais;
- no contexto de uma verdadeira “guerra fiscal”, a legislação do IPVA adotada por Goiás oferece aos proprietários de veículos diversas vantagens em relação à legislação mineira, tais como: isenção por 12 (doze) meses para veículo novo adquirido em concessionária estabelecida naquele Estado; isenção para veículos com 10 (dez) anos ou mais de fabricação; prazo de pagamento mensal e conforme número final da placa do veículo; alíquotas inferiores (2,5% para veículos populares, chegando à máxima de 3,75% para veículos com motores acima de 100 cavalos);
- essas “vantagens” podem explicar, mas não justificam o cometimento de práticas ilícitas para sua obtenção;
- a Receita Estadual de Minas Gerais desenvolveu um projeto de fiscalização, visando recuperar a receita de IPVA e, ao mesmo tempo, coibir a prática de registro/licenciamento de veículos em cidades de outros Estados com a utilização de endereços falsos, de proprietários residentes ou domiciliados em Minas Gerais;
- a Constituição Federal de 1988, no seu art. 155, inciso III, conferiu aos Estados membros e ao Distrito Federal competência para instituir o IPVA, sendo assim, cada Estado editou sua própria lei, variando as alíquotas, o que faz com que muitos veículos sejam registrados nos Estados em que a alíquota é menor;
- no caso de Minas Gerais, foi editada a Lei n.º 14.937/03, que delimitou o campo de incidência do tributo, estabelecendo que o IPVA será devido ao nosso Estado, quando o veículo estiver sujeito a registro, matrícula ou licenciamento aqui;
- as condições determinantes para que o veículo sujeite-se ao registro e licenciamento neste Estado estão dispostas no art. 120 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aprovado pela Lei n.º 9.503/97;
- assim, o fato gerador do IPVA ocorre no município de domicílio ou de residência do proprietário do veículo e, não obstante as várias conceituações existentes para os termos “domicílio” e “residência”, não cabem aqui as definições trazidas pelo Código Civil de 2002, dada a regra da especialidade. A interpretação a ser considerada, neste caso, é a do Código Tributário Nacional, pois a matéria é de natureza tributária;

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

- o critério que fixa o domicílio tributário, para fins do IPVA, é o previsto no art. 127 do Código Tributário Nacional, que determina que as pessoas naturais registrem seus veículos na Unidade da Federação onde residam com habitualidade e que as pessoas jurídicas de direito privado devem registrar seus veículos onde se encontram as respectivas sedes, assim, não é dado ao contribuinte desse tributo o direito de eleger seu domicílio tributário;

- o ponto principal do contencioso é o endereço de registro do veículo que deve ser o local de residência do proprietário e, o autuado não contesta o endereço apurado pelo Fisco e nem, apresenta nenhum documento de comprovação de residência no local do registro do veículo;

- o Fisco demonstra a residência do proprietário (fls. 07. 09 e 47);

- com base nas regras do IPVA o veículo, após sua aquisição pelo Impugnante, deveria ter sido registrado no endereço de sua residência, que no caso é em Minas Gerais, e assim o tributo seria recolhido a este estado;

- a argumentação de bitributação e de confisco não se aplica ao caso tendo em vista que a situação é de comprovação e quantificação de irregularidade e a consequente cobrança de tributo que deixou de ser recolhido aos cofres de Minas Gerais e foi indevidamente recolhido a outro estado, através de falsa declaração de endereço.

- o veículo foi transferido em 2009 para o endereço do proprietário em Uberlândia/Minas Gerais (fl. 46), corroborando a acusação fiscal de falsa declaração de endereço para registro do veículo em Goiás;

- o Impugnante recebeu a intimação, não contestou em nenhum momento o fato de possuir residência em Uberlândia/Minas Gerais, nem comprovou residir no endereço que registrou o seu veículo, em Catalão/Goiás.

Ao final, pede que seja julgado procedente o lançamento.

DECISÃO

Compete à Câmara a análise do lançamento consubstanciado no Auto de Infração em epígrafe em que, constatou-se, conforme documentos anexos, que o Impugnante, proprietário do veículo de placa NGB 0270, deixou de recolher o IPVA para Minas Gerais referente aos exercícios de 2005 a 2009 em virtude do registro e licenciamento do veículo ter sido feito indevidamente em outra unidade da Federação.

Exige-se o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA e a Multa de Revalidação, capitulada no art. 12, § 1º da Lei Estadual nº 14.937/03.

Mediante o cruzamento de dados do veículo e de seu proprietário, constante nos bancos de dados da Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais (SEF/MG), DETRAN/MG, DETRAN/GO a Fiscalização constatou que o veículo encontrava-se registrado e licenciado no Estado de Goiás, não obstante ser o proprietário domiciliados em Uberlândia/Minas Gerais (fl. 46).

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Já neste ponto, convém ressaltar que na própria peça de defesa o Impugnante afirma que ser “ (.....) residente e domiciliado à Avenida Nicomedes Alves dos Santos, n.º 430, Bairro Altamira, Uberlândia – Estado de Minas Gerais (.....)”

Antes de se adentrar no exame das provas constantes dos autos, torna-se imperioso analisar a legislação que rege a matéria, para uma melhor compreensão da questão examinada.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), no seu art. 155, inciso III, conferiu aos Estados membros e ao Distrito Federal competência para instituir imposto sobre a propriedade de veículos automotores.

A partir desta competência lhes outorgada, cada Estado editou sua própria lei para cobrança do IPVA, variando as alíquotas de acordo com a legislação de cada Unidade da Federação.

Em virtude da multiplicidade de legislações e critérios por estes determinados, muitos veículos são registrados nos Estados em que a alíquota é menor, não obstante seus proprietários residirem neste Estado.

Esta prática implica perda de arrecadação para o Estado e para o Município.

No caso do Estado de Minas Gerais, foi editada a Lei nº 14.937, de 03 de dezembro de 2003, que ao tratar do pagamento do IPVA, disciplinou:

“Art. 1º O Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA - incide, anualmente, sobre a propriedade de veículo automotor de qualquer espécie, sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

Parágrafo único. O IPVA incide também sobre a propriedade de veículo automotor dispensado de registro, matrícula ou licenciamento no órgão próprio, desde que seu proprietário seja domiciliado no Estado.

.....
Art. 4º Contribuinte do IPVA é o proprietário de veículo automotor.

.....
Art. 10. As alíquotas do IPVA são de:

I 4% (quatro por cento) para automóvel, veículo de uso misto, veículo utilitário e outros não especificados neste artigo;

II 3% (três por cento) para caminhonete de carga picape e furgão;

III - 1% (um por cento) para veículos destinados a locação, de propriedade de pessoa jurídica que preencha pelo menos um dos seguintes requisitos:

.....”

Conforme se verifica, o legislador estadual, usando da sua competência constitucionalmente prevista, delimitou o campo de incidência do tributo, ou seja,

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

estabeleceu que o IPVA fosse devido ao Estado de Minas Gerais, quando o veículo automotor estiver sujeito a registro, matrícula ou licenciamento no Estado.

Cabe, todavia, indagar, quais as condições determinantes para que o veículo sujeite-se ao registro e licenciamento neste Estado.

Sobre a matéria, o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), aprovado pela Lei nº 9.503/97, no seu art. 120, dispõe:

“Art. 120 - Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque deve ser registrado perante o Órgão executivo de trânsito do Estado ou do DF, no município de domicílio ou residência de seu proprietário, na forma da lei.”

Extrai-se do dispositivo legal retromencionado que o fato gerador do IPVA ocorre no município de domicílio ou de residência do proprietário do veículo.

Salienta-se, que não obstante as várias conceituações existentes sobre os termos “*domicílio*” e “*residência*”, não cabem aqui as definições trazida pelo Código Civil Brasileiro de 2002 (CC/02), dada à regra da especialidade.

A interpretação a ser considerada, neste caso, é a do Código Tributário Nacional, posto que a matéria ora discutida seja de natureza tributária.

Examine-se, pois, as disposições do art. 127 do Código Tributário Nacional, retrocitado:

“Art. 127 - Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal:

.....
II - quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento;
.....”

O Professor Renato Bernardi, ao discorrer sobre o tema (IPVA tem de ser pago onde o dono do automóvel mora – www.conjur.com.br, artigo publicado em 28 de maio de 2006), leciona:

PARTINDO-SE DO PRESSUPOSTO DE QUE “DOMICÍLIO” E “RESIDÊNCIA” SÃO PALAVRAS CUJOS SIGNIFICADOS NÃO SE CONFUNDEM, HÁ QUE SE DAR UMA INTERPRETAÇÃO COERENTE AO DISPOSITIVO. A INTERPRETAÇÃO QUE MAIS SE ENCAIXA NA RATIO LEGIS DA NORMA É AQUELA QUE INDICA QUE AO REFERIRSE A “DOMICÍLIO”, O CÓDIGO DE TRÂNSITO FAZ MENÇÃO À PESSOA JURÍDICA. AO PASSO QUE, AO MENCIONAR “RESIDÊNCIA”, DIRIGE-SE ÀS PESSOAS FÍSICAS.

E continua:

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

OUTRA INTERPRETAÇÃO LEVARIA À ABSURDA CONCLUSÃO DE QUE O ARTIGO 120 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO CONSIDERA SOMENTE A PESSOA FÍSICA, ESQUECENDO-SE DA PESSOA JURÍDICA, ALÉM DE DISTANCIAR REFERIDA REGRA DO DISPOSTO NO ARTIGO 127 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, REGRA ESPECÍFICA DO DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO. (...).

Por conseguinte, o critério que fixa o domicílio tributário, para fins do IPVA é o previsto no artigo supramencionado, que determina que as pessoas registrem seus veículos na Unidade da Federação onde residam com habitualidade.

Esta assertiva pretende demonstrar que o deslinde da questão passa necessariamente pela comprovação do local de domicílio do Impugnante, nos moldes do que prevê o art. 127, inciso II do Código Tributário Nacional, já mencionado.

Passa-se, então, à análise dos documentos juntados aos autos, para a aferição do domicílio tributário do Defendente.

O Fisco demonstra efetivamente a residência (local onde mora) do proprietário. Esta afirmativa é fundada nos seguintes documentos não contraditados pela defesa:

- consulta base CPF (fl. 07);
- consulta Tribunal Superior Eleitoral (fl. 09 e 47).

Destaque-se o domicílio eleitoral em Uberlândia/Minas Gerais. Neste ponto cumpre lembrar que a Lei n.º 4.737/65, que institui o Código Eleitoral, em seu art. 42, parágrafo único, determina que para efeito de inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente.

De posse destas informações, o Fisco concluiu, corretamente, que o Impugnante deixara de pagar o IPVA para o Estado de Minas Gerais e lavrou o Auto de Infração.

Assim, evidenciada a falta de pagamento do IPVA, correto o Fisco em exigir o tributo incidente, bem como aplicar a penalidade prevista no art. 12, § 1º da Lei n.º 14.937/03, *in verbis*:

"Art. 12. O não-pagamento do IPVA nos prazos estabelecidos na legislação sujeita o contribuinte ao pagamento de multa calculada sobre o valor atualizado do imposto ou de parcelas deste, conforme disposto nos incisos abaixo, bem como de juros de mora:

§ 1º Havendo ação fiscal, a multa será de 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, observadas as seguintes reduções:

....."

Desta forma, resta plenamente caracterizada a infração fiscal e corretas as exigências apontadas pelo Fisco.

CONSELHO DE CONTRIBUINTES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Diante do exposto, ACORDA a 2ª Câmara de Julgamento do CC/MG, a unanimidade, em julgar procedente o lançamento. Participaram do julgamento, além da signatária, os Conselheiros Roberto Nogueira Lima (Revisor), René de Oliveira e Sousa Júnior e Carlos Alberto Moreira Alves.

Sala das Sessões, 04 de agosto de 2010.

**Luciana Mundim de Mattos Paixão
Presidente / Relatora**

CC/MG